

Véronique Bourgninaud

CONTRA A AVERSÃO  
DO HOMEM PELO HOMEM

Em defesa da pessoa humana



Título original:  
Contre la détestation de l'Homme par l'Homme  
© 2023, Groupe Elidia  
Éditions Artège  
9 espace Méditerranée – 66000 Perpignan  
10 rue Mercoeur – 75011 Paris  
[www.editionsartege.fr](http://www.editionsartege.fr)  
ISBN: 979-10-336-1399-2

Capa:  
Romão Figueiredo

Tradução:  
Maria do Rosário de Castro Pernas

Paginação:  
Editorial Frente e Verso

Impressão e acabamentos:  
Papelmunde

ISBN 978-989-36701-1-8  
Depósito legal n.º 561745/26

Março de 2026

*Com todas as licenças necessárias*

© Frente e Verso  
Rua S. Barnabé, 32 | 4710-309 Braga | Tel.: 253 689 443  
[www.redemundialdeoracaodopapa.pt/livraria](http://www.redemundialdeoracaodopapa.pt/livraria) | [livros@rmop.pt](mailto:livros@rmop.pt)

## Introdução

O homem do século XXI está desesperado. Crentes ou não-crentes, raras são as pessoas que parecem escapar à aversão do homem por si próprio que tem vindo a minar as nossas sociedades contemporâneas. Já não sabemos de que modo devemos «amar o nosso próximo como a nós mesmos», como se o desespero nos fizesse detestar-nos a nós próprios – e, portanto, ao nosso próximo, conosco. As novas gerações, desiludidas com os limites e os erros dos mais velhos, sentem-se tentadas, inclusive, pela ideia de acabar com a humanidade. O próprio pensamento suicida parece ultrapassado: vai-se difundindo uma solução ainda mais eficaz, que seria a suprema forma de coragem e de responsabilidade do homem, a de deixar de se reproduzir, enquanto não for capaz de oferecer um mundo melhor aos seus filhos. Roga-se ao princípio original da vida que se detenha – a esse instante primitivo e puro cantado por excelência por várias gerações de poetas, de escultores, de pintores e de artistas. Adeus, Victor Hugo: não, o círculo da família já não deve aplaudir, com gritos de júbilo, o nascimento de uma criança. O seu olhar doce e brilhante já não fará brilhar os olhares e as fronteiras mais tristes, as mais franzidas, talvez, já não se distenderão ao ver surgir a criança, inocente e cheia de alegria.

Que desespero insondável ou que gigantesca mentira terá sido gravada no coração do homem para que tal pensamento se difunda entre os jovens com o poder de um argumento autorizado? Deixar de ter filhos? «Prova última da inteligência dos seres humanos», dizem alguns; «para preservar o planeta», dizem outros; por feminismo, alvitram, por fim, contra aquilo que é apreendido como «uma pressão que remete constantemente a mulher para o estatuto de mãe». Entre ato ecológico responsável, ideologia ou angústia face ao futuro, a opção de não procriar tenta dar resposta a várias considerações e tem-se vindo a estruturar, nos últimos anos, ganhando uma força e uma influência sempre crescentes.

O movimento dos «*childfree*» (sem filhos, por opção), que reúne as pessoas que optam por não ter filhos, nasceu nos Estados Unidos da década de 1990, tendo transposto as suas fronteiras e chegado, sobretudo, aos países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, os *childfree* que militam a favor da ecologia têm hoje um novo nome: os «Ginks», sigla que significa «Green Inclination, No Kids» («empenho verde, sem filhos»). «Este mundo será melhor se for menos povoado», consideram eles. «Se quisermos salvar este planeta, não temos outra opção senão abordar o problema da superpopulação humana»<sup>1</sup>, assume Leilani Münter, americana, ex-piloto de automó-

---

<sup>1</sup> Citado por Léa IRIBARNEGARAY – «Ces jeunes qui refusent d’avoir des enfants, entre acte écologique et angoisse de l’avenir», in *Le Monde*, consultado *online* [https://www.lemonde.fr/campus/article/2020/09/02/ces-jeunes-qui-refusent-d-avoir-des-enfants-entre-acte-ecologique-et-angoisse-de-l-avenir\\_6050720\\_4401467.html](https://www.lemonde.fr/campus/article/2020/09/02/ces-jeunes-qui-refusent-d-avoir-des-enfants-entre-acte-ecologique-et-angoisse-de-l-avenir_6050720_4401467.html)

veis de corrida, cujos vídeos são largamente partilhados nas redes sociais. Mais perto de nós, o astronauta Thomas Pesquet é uma personalidade de destaque do movimento *childfree* em França. Igualmente ativa, a ONG britânica *Population Matters* especializou-se na promoção de uma vida sem filhos ou com menos filhos. O movimento VHEMT (*Voluntary Human Extinction Movement*) e a sua versão francófona – *Mouvement pour l’extinction volontaire de l’humanité* – são mais virulentos. Para eles, o desaparecimento do *Homo sapiens* constitui um horizonte cheio de esperança, tendo em conta a extinção de milhões de espécies de plantas e de animais.

Como é óbvio, nem todos são contra a natalidade e o movimento é multifacetado. Do mesmo modo, a austeridade económica deste início de século, o empobrecimento das populações – da juventude, em particular –, o individualismo revolucionário veiculado pelo movimento *woke*, que apela ao passado, exigindo-lhe reparações, não são alheios a este discurso cada vez mais difundido nos meios de comunicação e entre uma parte da juventude. Um estudo francês<sup>2</sup> realizado em 2017 analisa as motivações dos *childfree*. Segundo a opinião geral, estas seriam, essencialmente, de ordem individual: ausência de instinto paterno ou materno; falta de interesse pelas tarefas próprias da vida parental; sentimento de incapacidade de ser um progenitor responsável; recusa de sacrificar o próprio tempo pelas crianças; recusa de incorrer

---

<sup>2</sup> Zôé DUBUS e Yvonne KNIBIEHLER – «La non-parentalité au XXI<sup>e</sup> siècle: étude des *childfree*», in *Sextant* (revista do Grupo interdisciplinar de estudos sobre as mulheres), n.º 36, 30 de janeiro de 2020, p. 191.

nas despesas associadas ao facto de ter filhos. Para os interessados, porém, as suas motivações têm origens diversas, desde o feminismo (as mulheres estariam formatadas, desde a infância, para o papel de mãe, a maternidade seria um impedimento na vida de uma mulher, em comparação com o impacto que um filho pode ter na vida de um homem) à vontade de respeitar a criança; muitos estão convencidos de que o facto de trazerem ao mundo uma nova vida é, sobretudo, um ato egoísta, não querendo ser autores nem cúmplices dos problemas associados à infância; outros pensam que o adulto não se pode arrogar o direito de fazer nascer um ser humano que terá de assumir as supostas faltas das gerações precedentes, tal como não pode impor a ninguém uma existência *a priori* menos feliz num futuro que se antevê incerto ou até impor a um terceiro a vida e tudo o que esta representa (coisas boas e más, mas também o seu desfecho: a morte). O que prevalece neste raciocínio é a ideia de que ninguém pediu para nascer e a seguinte interrogação: em última análise, o que é que autoriza um ser humano a criar outro? Outras pessoas invocam o respeito devido à sociedade, quer dizer, a vontade de não impor um fardo suplementar à coletividade e às despesas públicas, ou ainda o respeito pelo planeta. Por fim, alguns invocam motivações humanistas, como a de quererem contribuir para a humanidade de uma forma diferente, não criando uma vida que não pediu para ser criada, mas ocupando-se das vidas já presentes e com carências.

Assim, a ideia de que não trazer filhos ao mundo é um serviço a prestar ao planeta erige-se, hoje, em convicção. A novidade é que estes comportamentos individuais se

## *Introdução*

foram constituindo, gradualmente, em causa. Uniram-se ao movimento geral das reivindicações individuais, em que toda a diferença deve ser defendida, acabando por ser erigida num novo direito.

Fundamentalmente, porém, quer seja por medo do futuro quer por neomalthusianismo, por egoísmo ou por militantismo ecológico, este novo questionamento procede de um erro fundamental ou de um desconhecimento antropológico segundo os quais o homem, por si só, seria um perigo, um mal ou um erro. O princípio imutável da antropologia realista, que reconhece a existência de uma natureza humana transcendente em relação ao resto dos seres vivos e comum a todos os homens, independentemente das representações e das experiências que estes fazem dela, é novamente posto em causa. Segundo esta visão da pessoa humana fundada sobre a moral natural, sem negar o valor da liberdade, o homem é definido, em primeiro lugar, por aquilo que é e não apenas por aquilo que faz: o homem não só tem em potência a faculdade de discernir aquilo que convém à sua natureza racional ou que lhe é contrário, mas também possui a faculdade de praticar livremente atos voluntários ordenados para o bem, para o qual a sua razão também está orientada. Nos nossos dias, esta visão da pessoa humana é frontalmente atacada, num grau jamais conhecido no passado: com efeito, a nossa época caracteriza-se por um anti-humanismo, movimento de «autodepreciação do homem ocidental [...] considerado a escória da criação, único ser capaz de carnificinas e de

genocídios»<sup>3</sup>. Esta visão característica de uma espécie de ódio contra o homem não deixa de ter consequências: «À força de dizer que os seres humanos não valem mais do que os animais, não nos sentiremos tentados a tratar certos seres humanos como animais?».

Pensamos que este ódio do homem contra o homem é, segundo uma visão escatológica do fim dos tempos, o ataque último contra a criação. Com efeito, que maior mentira se poderia insinuar no coração do homem do que fazê-lo crer que ele é, por si só e em si mesmo, um mal original?

É a este motivo fundamental do desespero dos homens que gostaríamos de responder neste livro. Não nos podemos calar quando homens, mulheres, jovens e crianças são atormentados pelo desânimo, pelo sofrimento e pela solidão. Sabemos que certas pessoas são provadas por sofrimentos de uma profundidade indescritível. Só podemos imaginar de forma imperfeita o abismo insondável de incompreensão e de revolta em que essas pessoas podem estar mergulhadas.

Todavia, nós acreditamos, por experiência, que o desespero abissal e o desânimo estão votados a ser reerguidos e consolados por uma graça inteiramente sobrenatural, quer dizer, por um dom interior gratuito, que não deriva da nossa própria natureza, mas que a restaura de um modo firme e duradouro. Abundam testemunhos que atestam este mistério da consolação. Que força

---

<sup>3</sup> Laurent DANDRIEU – «L’antispécisme, nouvel antihumanisme», 30 de novembro de 2019, in *Valeurs Actuelles*. Consultado online <https://www.valeursactuelles.com/clubvaleurs/societe/lantispécisme-nouvel-antihumanisme-2/>

impenetrável foi capaz de vencer o mal de Auschwitz numa Edith Stein ou num Maximiliano Kolbe? Qual foi o remédio misterioso que restabeleceu a paz interior de Tim Guénard? Qual é o segredo de Laurent Gay, Steven Gunnell, Paul Chrétien, Baptiste Mulliez e tantos outros? Eles estão perto de nós, vivem em França e são nossos contemporâneos. Tiveram a experiência de mergulhar nos infernos do mal e do sofrimento e foram misteriosamente resgatados. Todos eles dão testemunho de uma mesma força extrínseca à sua própria natureza, que os arrebatou e salvou.

Em primeiro lugar, gostaríamos de recordar de forma veemente, retomando as palavras de Bento XVI<sup>4</sup>, que não existem dois princípios, um bom e outro mau, mas um único princípio, o Deus criador, e esse princípio é bom, apenas bom, sem sombra de mal. É por isso que o ser humano também não é uma mistura de bem e de mal: o ser, enquanto tal, é bom e, por conseguinte, é bom ser. É esse o feliz anúncio da fé: é bom viver, pois existe apenas uma fonte boa da vida, o Deus criador.

No entanto, o mal está presente na história humana, essa é uma realidade incontestável. A questão é: como se explica esse mal? Tentaremos compreender de que modo o mal, que não é original, mas sempre subordinado, provém de uma liberdade da qual se tem abusado. Tentaremos mostrar, através dos exemplos do transumanismo, do antiespecismo e dos estudos de género, que atualmente se tem abusado dessa liberdade a um nível

---

<sup>4</sup> BENTO XVI, Audiência geral de 3.12.2008 (trad. © Copyright 2008 – Libreria Editrice Vaticana).

exorbitante, e que isso é característico de um mal que detesta profundamente o homem livre, criado à imagem de Deus, que tenta desnaturar por completo.

Por fim, mediante um exercício de contemplação da natureza humana à luz da Revelação, tentaremos compreender de que modo o mal pode ser superado e por que razão a criatura – o homem – é curada de facto. Contemplando o mistério da Encarnação, veremos, nomeadamente, de que modo os limites do corpo são o lugar privilegiado onde se pode dar a plena restauração do homem.

Atualmente, parece ter sido esquecido aquilo que a filosofia e, em particular, a antropologia devem à teologia. Nestas páginas, não tentaremos descobrir o que é a pessoa humana de uma forma fechada e autónoma. Na escola de São Tomás de Aquino, veremos como a compreensão da pessoa humana é iluminada pela Revelação. Tentaremos compreender a pessoa humana a partir do próprio dado revelado; assim, analisando o conteúdo da criação e contemplando a sua coerência, veremos que aquilo que a filosofia nos diz acerca do Homem ilumina a fé, que as verdades se articulam e que a humilde aceitação da pessoa humana é compatível com o ato de fé. Não é um ato cego. O homem crê porque tem boas razões para crer, e a pessoa humana é uma boa razão para se crer em Deus.

## A aversão pela nossa humanidade

É inegável a presença do mal na história humana. Observando o mundo, é difícil afirmar que a lei natural que garante, no homem, a orientação primordial dos seus atos para o seu fim, que guia as suas inclinações e o dispõe a procurar o bem, é vivida de forma idêntica e uniforme. Também se apreende muito facilmente a diversidade das atitudes morais consoante os países, as culturas e os tempos. E percebe-se, por fim, a realidade do mal no mundo, seja o mal da culpa, causado pelas ações dos homens, seja o mal do sofrimento (os males do mundo): doença, dor, acidentes, fome, etc.

Criando o homem livre, Deus assumiu o risco da irrupção do mal no mundo. Para evitá-lo, teria sido melhor que Deus não tivesse criado os anjos, com a possibilidade de transgredirem a sua lei? Teria sido melhor não criar os homens, visto que eles, muito rapidamente, se tornariam ingratos para com o seu Criador? Era precisamente esse o risco associado à natureza humana, racional, capaz de analisar e de julgar. Porventura Deus deveria tê-los criado à semelhança dos seres irracionais e sem princípio de vida próprio<sup>1</sup>?

---

<sup>1</sup> IRENEU DE LIÃO – *Contre les Hérésies*. Livro IV. Edição crítica

Não foi esse o desígnio de Deus, que deseja comunicar-se às suas criaturas e fazê-las participar dos seus atributos. Por conseguinte, Deus criou o homem livre para que ele pudesse responder aos seus apelos de forma voluntária e sem coação. Com efeito, em Deus não existe a violência, mas Ele convida-nos sem cessar a praticar o bem. Ele concedeu ao homem o poder de escolher, como fizera no caso dos anjos. E não foi apenas no campo da sua atividade, mas também no domínio da fé que o Senhor salvaguardou a liberdade do homem. A fé é própria do homem, visto que ela depende da sua decisão pessoal: «Tudo é possível a quem crê» (Mc 9, 23), diz-nos o Senhor; e noutro lugar: «Vai, seja feito conforme tu acreditaste» (Mt 8, 13). Todos estes textos mostram que o homem orienta pessoalmente o seu destino consoante a sua decisão de acreditar ou não.

### **Secularização e esquecimento da nossa própria finalidade**

A que se deve, então, o facto de a questão do mal parecer apresentar-se, hoje, de uma forma mais aguda do que noutras épocas menos agitadas que a nossa? Deve-se ao facto de os homens se terem separado de Deus e terem tentado organizar a sua vida sem Ele, sob todos os aspetos: social, político, económico e íntimo. Os grandes

---

segundo as versões arménia e latina, sob a direção de A. Rousseau, com a colaboração de Bertrand Hemmerdinger, Louis Doutreleau e Charles Mercier. Paris, Éd. du Cerf, 1965, p. 919 (Col. «Sources chrétiennes», n.º 100).

problemas que sempre preocuparam a humanidade assumem, por conseguinte, um novo aspeto, mais grave e mais trágico. Os bens fundamentais (a vida, o conhecimento, a verdade) parecem já não ter força de atração para os homens. O bem supremo, a sua comunhão com Deus, deixou de ser real para eles. Aparentemente, já só restam os bens intermédios: o prazer, a diversão, o bem-estar, o êxito material ou intelectual, por exemplo. No entanto, o bem enquanto bem parece já não despertar o mínimo desejo no homem, nem sequer alcançar a sua consciência, como se o nosso tempo, indiferente às questões morais, o tivesse abandonado, por recusar a transcendência. A partir de agora, separados da sua única fonte, os bens terrenos seriam adquiridos sem necessidade de procurar a sua fonte nem de conhecer o seu autor. «Querer viver sem Deus, causa primeira e fim último, conduz aos abismos»<sup>2</sup>, diz-nos o Padre Garrigou-Lagrange.

O homem ignora as consequências do pecado original, ao mesmo tempo que está impregnado da mensagem que brotou com força do Iluminismo, segundo a qual o homem nasceria bom por natureza. Embora, hoje, essa confiança humanista esteja fragilizada, a ponto de alguns qualificarem a nossa época como anti-humanista, não deixa de ser verdade que o homem já não quer ser bom por sua *vontade*: para chegar à sua autorrealização, ele julga poder confiar apenas nos seus sentidos e nos seus instintos. Entendido assim, o bem do homem já não é um bem propriamente dito, mas está reduzido ao

---

<sup>2</sup> Réginald GARRIGOU-LAGRANGE – *Les Trois âges de la vie intérieure, prélude de celle du Ciel*. Paris, Éd. du Cerf, 1938, p. 5.

*bem-estar*, que parece ser a nova finalidade dada aos homens, em substituição da realização da pessoa em Deus. Não admira, portanto, que os novos mantras da psicologia existencial se resumam no termo *autorrealização*: a realização da pessoa teria lugar como que centrada no próprio indivíduo e não fora dele. Esta visão é profundamente redutora e está votada ao nada.

No Génesis, a motivação do ato criador encontra-se no interior do próprio Deus. Está ligada à sua essência divina: é o facto de Deus *ser* amor que o leva a sair de si para se comunicar mediante as suas obras. Para nós, que somos as obras, é precisamente o movimento de regresso ao Criador que provoca a plena realização da nossa pessoa; e, por analogia, o movimento de exteriorização, no dom de nós mesmos ao nosso próximo, mediante os nossos atos, em virtude da nossa vontade livre.

Mas não, o bem seria inato, como que um dado adquirido. O homem, que pretende ser bom por natureza e não por vontade, já não compreende que o bem o transcende e já não sabe desfrutar do mesmo. «Como poderiam desfrutar do bem aqueles que o ignoram? E da glória, aqueles que não tivessem feito esforço algum? Que coroa poderiam receber aqueles que não tivessem lutado para a obter?»<sup>3</sup>, pergunta Santo Ireneu.

O drama do homem contemporâneo é o facto de agir por um fim que ignora. Diz-nos São Tomás de Aquino que «o homem, a quem compete agir por um fim, nunca age em vista de um fim que ignora. No entanto, há muitos seres que não conhecem fim algum, quer porque não

---

<sup>3</sup> IRENEU DE LIÃO, *op. cit.*, p. 919.

conhecem absolutamente nada, como as criaturas insensíveis, quer porque a ideia do fim lhes escapa, como no caso dos animais»<sup>4</sup>.

A ideia do fim escapa ao homem, e isso desumaniza-o. Atualmente, verifica-se uma ignorância generalizada daquilo que constitui a finalidade da vida humana: o bem enquanto bem. Por conseguinte, os grandes problemas agravam-se até à exasperação. Porquê? Porque agir sem conhecer o próprio fim desumaniza a atividade humana. São Tomás explica que, pelo contrário, agir em vista de um fim conhecido e desejado é uma obra digna do ser humano, uma obra razoável. Agir em vista de um fim conhecido e reconhecido como bom só é possível aos homens. Com efeito, a busca do bem constitui, de facto, o objeto próprio da vontade humana que é, naturalmente, atraída por ele. Geralmente, o homem faz o mal porque este tem uma aparência de bem. A atração pelo bem constitui uma disposição fundamental do seu coração. Essa atração é chamada «lei natural». A lei natural não é um instinto. Não é uma espécie de conjunto de princípios inatos aos quais o homem só teria de se referir para agir segundo o seu fim. A lei natural provém da razão, é expressão da razão, pois a razão natural está orientada para aquilo que conhece por natureza<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> SÃO TOMÁS DE AQUINO – *Summa Theologica*, I<sup>a</sup>-II<sup>ae</sup>, q. 1, art. 2.

<sup>5</sup> «Em nós, toda a operação da razão e da vontade deriva daquilo que existe segundo a natureza. Com efeito, todo o raciocínio decorre de princípios que são naturalmente conhecidos, e todos os desejos relacionados com aquilo que dirige para o fim a alcançar têm a sua origem nos desejos naturais de alcançar esse fim. É por isso que a orientação primordial dos nossos atos para o seu fim deve ser garantida pela lei natural». SÃO TOMÁS DE AQUINO,

Esta lei não escrita e intangível está inscrita no coração do homem e ressoa dentro dele; é ela que leva Antígona a responder a Creonte: «Eu não acreditava, certamente, que os teus éditos tivessem tanto poder que permitissem a um mortal violar as leis divinas: leis não escritas, essas, mas intangíveis. Não é desde hoje nem desde ontem que elas estão em vigor, mas desde a origem, e ninguém as viu nascer. Desobedecer-lhes não significaria, por um covarde respeito pela autoridade dos homens, incorrer no rigor dos deuses?»<sup>6</sup>.

Embora o homem se sinta essencialmente *atraído* pelo bem, precisa sempre de se *esforçar* por praticá-lo. Esse esforço é movido pela inteligência e pela vontade: a inteligência permite ao homem conhecer o bem e a vontade move a sua ação para o bem, apreendido pela sua inteligência. Essa vontade humana possui a característica singular de ser livre: ela pode rejeitar ou não o bem. Por conseguinte, a liberdade não é a faculdade primordial do homem. Ela é um atributo da vontade. É precisamente esta última que permite ao homem agir tendo em vista o seu bem.

A vontade é uma faculdade muito superior aos sentidos. Ela é, a par da inteligência, um atributo da vida intelectual e racional do homem. Tem por objeto o bem em toda a sua universalidade, o que lhe permite elevar-se para o Soberano Bem: o amor de Deus. Enquanto cada uma das faculdades sensitivas do homem se foca no seu próprio bem (por exemplo, a visão, naquilo que é visível,

---

*op. cit.*, I-II, 1.91, ad secundum.

<sup>6</sup> SÓFOCLES – *Antígona*. Paris, Les Belles Lettres, 1964, v. 79.

a inteligência, naquilo que é inteligível, etc.), a vontade tem em vista o bem do homem *na sua totalidade*: ela permite a realização de todas as outras faculdades. É ela que ordena a aplicação das outras faculdades para o bom exercício dos seus atos. Assim, se a vontade for profundamente reta, o homem é bom. Não só bom matemático ou bom cozinheiro, mas um homem de bem. Ele parece realizar-se, tornar-se plenamente humano. É aquele homem de «boa vontade» a que se refere o Evangelho.

Infelizmente, o homem moderno pensa que o bem é relativo, que não existe, *a priori*, enquanto bem. Também julga que o único elemento decisivo em que pode confiar é o grau de liberdade implicado na sua ação. Assim, a finalidade do ato humano torna-se relativa, ao passo que a liberdade é sacralizada, em detrimento da vontade. O esquema do autoconhecimento fica invertido! Isso provoca uma grande desordem nos atos humanos. De facto, se a liberdade é instituída como causa primeira das ações dos homens, isso conduz a uma rutura entre a vontade humana e o seu objeto, que é a busca do bem. O risco de um mau uso da liberdade é gigantesco. Atestam-no os graves desvios que hoje conhecemos em todos os temas relacionados, de perto ou de longe, com a dignidade da vida. Assim, poderíamos dizer que um bêbado ou um assassino perdem a sua dignidade no agir: usam mal a sua liberdade, à qual dão prioridade, relativamente àquilo que é bom para eles. No entanto, podemos dizer o mesmo acerca de certas decisões tomadas pelo legislador nas leis que se opõem ao respeito pela vida: eutanásia e aborto, por exemplo. A interdição de matar será sempre universal, pois ela garante o respeito pela vida, que

é um bem fundamental e coloca todos os indivíduos em pé de igualdade. Fazer prevalecer a liberdade individual em relação ao bem que é a vida humana conduz a graves desordens e torna a sociedade perigosamente instável.

O mal do século é ter separado a vontade do seu objeto, o bem. Também é ter enganado a inteligência e confundido o conhecimento, desnaturando esse bem e substituindo-o pela liberdade. Mediante este duplo engano, abusa-se da liberdade e o homem corta literalmente com a sua fonte e com o seu fim. A infelicidade física e interior explica-se, em grande parte, por essa ignorância do bem e, essencialmente, do Bem supremo, que é Deus. Acabaremos certamente por nos aperceber que urge, necessariamente, reformular a questão do bem e *sobretudo reformular a questão de Deus*, para nos podermos pronunciar completamente a seu favor ou contra Ele. Enquanto esperamos, porém, a ignorância é pior do que o nada, para o homem. Ela mergulha-o num profundíssimo desânimo, porque foi cortada a sua ligação com a sua fonte e com o seu destino. Como um balão aberto, cujo enchimento é interrompido: solto e errante, acaba por se esvaziar. Por conseguinte, a questão das relações íntimas do homem com Deus é de primordial importância na questão da autodepreciação do homem contemporâneo.

## **A grande mentira do liberalismo**

O homem parece estar convencido de que ele próprio é, sob muitos aspetos, por si mesmo e em si mesmo, um mal original. Tentámos explicar que, na origem

desse desespero, se encontram, em simultâneo, um erro coletivo (o erro de ter substituído o bem pela liberdade como fonte e finalidade dos atos humanos) e um desconhecimento antropológico generalizado devido à secularização maciça da sociedade e à perda da dimensão transcendente da vida. Estes dois males têm uma grande parte de responsabilidade na perda de confiança e de esperança dos homens na qualidade da sua humanidade. Quando o erro mentiroso se encontra com a ignorância, os danos são terríveis para o homem.

Esse menosprezo revela-se em múltiplas facetas da vida em sociedade: a perda do simbolismo, a banalização da morte, a abolição dos sinais exteriores de diferenciação entre os sexos e as culturas, a simplificação dos ritos de passagem entre as idades e as gerações, o individualismo, etc. Com efeito, uma maneira de sondar o carácter humano de uma sociedade consiste em analisar o cuidado e o respeito que ela nutre pelo seu tecido social: os mortos, os mais desfavorecidos (idosos, doentes, pobres e portadores de deficiências), as crianças, etc. Sob inúmeros aspetos, a nossa época já não respeita estes antigos imperativos de respeito. O homem foi desumanizado, reduzido ao estado de objeto.

Neste desprezo pelo valor da natureza humana, uma rutura antropológica inicial foi gerada pelo liberalismo. A ideia-mestra do liberalismo, que irriga toda a modernidade, consiste em afirmar que o homem é o único ser legítimo e capaz de definir a sua própria finalidade e de escolher os meios adequados para lá chegar.

O termo liberalismo, que surgiu na língua francesa no início do século XIX, é uma das noções-chave do século

XX. Costuma ser apreendido sob a sua forma económica e política, enquanto a perspetiva liberal é muito mais vasta do que isso. Tem raízes filosóficas antigas e profundas, que se estruturaram no século XVIII, na Europa. Em finais do século XVIII, o alemão Wilhelm von Humboldt resume-a assim: «O ideal mais elevado da coexistência dos seres humanos seria aquele em que cada um se desenvolveria por si próprio e para si próprio»<sup>7</sup>. Explica Joël Hautebert<sup>8</sup> que, estendendo-se ao grupo, este princípio relativista se declina de várias formas, com ou sem matices, em todos os domínios, desde a religião à economia.

A perspetiva liberal toma como ponto de referência supremo e último a liberdade: é lícito aquilo que é livremente desejado, livremente aceite e que não lesa a liberdade alheia. É esta a mensagem que brota com força da Revolução Francesa. O artigo 4 da Declaração dos Direitos do Homem, de 1789, ilustra perfeitamente esta mudança de paradigma: «A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não lesa o outro: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem tem por únicos limites aqueles que garantem aos outros membros da sociedade o usufruto desses mesmos direitos. Tais limites só podem ser determinados pela lei». A partir de então, esta matriz original do liberalismo tem sido declinada em várias correntes de pensamento. A mais próxima de nós, o existencialismo de Jean-Paul Sartre, é a sua forma mais radical. É nele que se encontra a afirmação mais explí-

---

<sup>7</sup> Wilhelm VON HUMBOLDT – *Essai sur les limites de l'action de l'État*. Paris, Les Belles Lettres, 2004, p. 30.

<sup>8</sup> Joël HAUTEBERT – «Le libéralisme ou l'abandon du bien», in *La Nef*, outubro de 2015.

cita da liberdade como origem dos valores. Esta filosofia sartriana da existência teve um impacto considerável na Libertação: a provação do desastre da Segunda Guerra Mundial tornava urgente a implementação de uma nova forma de pensar a época, tendo a própria tragédia histórica consumado a destruição das antigas categorias e dos antigos valores pretensamente eternos<sup>9</sup>. Desde então, o existencialismo ateu tem marcado profundamente a nossa cultura europeia.

No existencialismo sartriano, tenta-se encontrar a norma do bem e do mal na própria liberdade, considerada formalmente, quer dizer, sem preocupação pelo conteúdo moral do ato livre. Dir-se-á, portanto, que o sujeito atua moralmente bem se o faz em conformidade com as exigências constitutivas da sua liberdade. O critério do valor moral será a liberdade, o que constitui, pura e simplesmente, uma ética sem verdade. Toda a perspectiva moral está centrada na autonomia do sujeito.

Fazendo da liberdade o árbitro do bem e do mal e indexando o valor do ato ao seu grau de autodeterminação, a liberdade passa a ser a fonte e o conteúdo do valor moral. Assim legitimado, um ato humano terá tanto mais valor quanto mais o sujeito se exprime mediante o mesmo, assumindo mais plenamente a sua responsabilidade: bastaria, portanto, ser-se autêntico, quer dizer, sincero consigo mesmo, para estar na verdade a nível moral. A verdade é identificada, assim, com a sinceridade, com a conformidade consigo mesmo. Nesta perspe-

---

<sup>9</sup> Sophie BILEMDJIAN – «Existentialisme», in Frédéric LAUPIES – *Dictionnaire de culture générale*. Paris, PUF, 2000, p. 277.

tiva, deixa de haver lugar para valores morais objetivos que precederiam a liberdade e que esta deveria ratificar. Uma ação será boa na medida em que o homem a pratica livremente.

O vínculo entre liberdade e verdade sofre, portanto, uma rutura: o próprio sujeito, desligado de qualquer referência a uma lei moral, torna-se a fonte da verdade. Assim entendida, a prerrogativa da liberdade será poder ser autodeterminação total, causa de si própria, por conseguinte, poder recusar-se a seu bel-prazer a qualquer valor objetivo: a liberdade emancipa-se da verdade e já nada poderá limitar o campo das possibilidades.

As palavras não têm força suficiente para denunciar esta mentira que faz frente à causa primeira de tudo: se a liberdade se erige em causa de si própria, qualquer verdade seria gerada a partir de si mesma. O carácter radical e até excessivo da posição sartriana baseia-se na tese segundo a qual a criação dos valores pela liberdade é absoluta, quer dizer, não deriva de nenhuma inspiração na natureza das coisas. Pelo contrário, é ela que decide sobre o sentido a atribuir aos limites da natureza, apreendidos como restrições.

Por conseguinte, o liberalismo está, necessariamente, mais atento à forma da ação do que ao seu conteúdo. O que é decisivo não é estar objetivamente na verdade, mas ser formalmente sincero. A autenticidade tende a tornar-se o único critério da moral. Nenhuma ação seria boa ou má em si mesma: qualquer ação seria ambígua a nível do seu conteúdo. A moral consistiria em decidir entrar em ação unicamente segundo o conjunto dos dados de cada caso particular e de modo algum segundo

leis gerais. Cabe a cada um inventar a sua regra moral, em função da sua situação particular.

A liberdade sartriana ignora a possibilidade de um sereno consentimento na natureza, nas contingências do mundo ou num acolhimento positivo do outro por aquilo que ele é. Trata-se de negativismo puro, de poder absoluto de dizer não. Trata-se, na realidade, de uma liberdade redutiva: é liberdade para alguns, para aqueles que a podem fazer valer e exprimir; mas quem defenderá a liberdade da criança que está para nascer ou do moribundo?

Por outras palavras, trata-se de uma liberdade sem responsabilidade nem finalidade, e não de uma liberdade em prol de um projeto de vida e de sociedade que seja justificado por uma finalidade superior à simples autoconservação. O único limite admissível, puramente horizontal, à liberdade resultaria da presença dos outros indivíduos. Estes ficam reduzidos a ser vínculos ou restrições. Competiria ao Estado proteger os indivíduos, a fim de preservar a sua liberdade. O liberalismo sartriano, libertando o homem da responsabilidade, torna a sociedade perigosamente individualista e irresponsável.

É essa a grande mentira do liberalismo. Com ele, toda a ordem natural criada é despedaçada, a começar pelo homem e pela vida em sociedade. Recordemos, com Joël Hautebert<sup>10</sup>, que não se podem conceber as relações entre o indivíduo e a sociedade em termos de oposição, pois a vida social depende da natureza do homem. É absurdo ver a relação com o outro sob a forma de uma limitação, de uma restrição, visto que ela se inscreve, pelo contrário,

---

<sup>10</sup> Joël HAUTEBERT, *op. cit.*

na perspectiva do bem. É verdade que a vida social não exclui as contrariedades de todos os tipos. Mas estas, desde que não incitem ninguém a fazer o mal, constituem uma poderosa alavanca para se chegar a um melhor domínio de si, bem como à prática da virtude e à liberdade, que são inseparáveis. A liberdade humana implica sempre uma responsabilidade. Não existe liberdade que não sirva para derrubar os obstáculos ao seu exercício.

### **O abandono do bem**

O liberalismo induz uma viragem radical para o homem: cria nele uma ausência, um vazio abissal, o vazio de uma finalidade superior à simples autoconservação. A armadilha é tosca, mas terrivelmente eficaz: envolvendo-se sob os véus de uma benéfica libertação, ela priva os homens, pelo contrário, da sua única fonte e motor. O abandono do bem induzido pelo liberalismo é um fardo cruelíssimo, tanto a nível individual como ao nível da sociedade.

A nível individual, a rutura levada a cabo pelo liberalismo gerou uma perturbação gigantesca no homem enquanto homem. Ele, que antes procurava a sua plena realização na virtude, quer dizer, em agir bem, procura, a partir de agora, a felicidade na garantia da sua liberdade. O seu maior objetivo já não é o bem, mas a preservação da sua liberdade. Ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, realizado mediante o dom de si e a prática do bem, em conformidade com a sua vocação sobrenatural para ser à imagem de Deus, o liberalismo

contrapõe a emancipação do homem em relação a todas as suas restrições exteriores, exceto aquelas que se fundam no seu próprio consentimento. A perspectiva trinitária do homem, quer dizer, o homem concebido como uma *pessoa* feita para se dar e que, por conseguinte, não pode ser pensada independentemente da sua relação com os outros, da sua dimensão social, que o une aos outros sem por isso dissolver a sua individualidade, esta perspectiva trinitária é substituída por uma perspectiva puramente relativista e individualista.

Nesta grande perturbação, a sociedade civil não fica atrás. A apologia da liberdade desviou as sociedades em geral e a política em particular da busca do bem comum pelo conjunto dos cidadãos. O objetivo do político já não é o bem de todos, mas a conservação dos interesses de cada um, objetivo utópico que conduz os depositários do poder a governar tendo em vista a preservação dos seus próprios interesses. É conhecida a análise concisa de Benjamin Constant:

O objetivo dos Antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era a isso que eles chamavam liberdade. O objetivo dos Modernos é a segurança nos prazeres privados; e chamam liberdade às garantias concedidas pelas instituições a esses prazeres<sup>11</sup>.

Assim, a ausência de bem comum marca o fim da responsabilidade da política para com os homens.

---

<sup>11</sup> Benjamin CONSTANT – «De la liberté des Anciens comparée à celle des Modernes». Paris, 1819. In *Écrits politiques*, Éd. M. Gauchet, Paris, Gallimard, 1997, pp. 589-619.

## Índice

Introdução .....	5
<b>1. A aversão pela nossa humanidade .....</b>	<b>13</b>
Secularização e esquecimento da nossa própria finalidade .....	14
A grande mentira do liberalismo .....	20
O abandono do bem .....	26
A anestesia da opinião pública e a tomada de poder pelo positivismo .....	28
<b>2. O transumanismo .....</b>	<b>37</b>
A filiação do eugenismo .....	40
Nascimento do transumanismo .....	48
Melhorar a raça humana, utopia ou realidade? .....	52
Estado atual das possibilidades científicas de melhoria do ser humano .....	69
Contra o transumanismo, redescobrir a mensagem ética contida no ser .....	71
<b>3. Os estudos de gênero .....</b>	<b>77</b>
As filiações de gênero .....	81
Nascimento do gênero .....	100
Uma identidade sexual sem sexo .....	102
A questão da indeterminação biológica: mentira ou realidade? .....	104
A negação da corporeidade .....	109
A sacralização da existência e a negação da essência .....	111
O plano inclinado das possibilidades .....	113
O repúdio da vontade livre .....	116
Atacando a heterossexualidade .....	119
A Revolução silenciosa .....	122

<b>4. O antiespecismo</b> .....	129
A longa genealogia do antiespecismo .....	134
Uma viragem ética .....	147
Uma mutação cultural .....	151
O projeto político .....	157
Antiespecismo, um neomarxismo? .....	164
A negação do valor intrínseco da vida humana .....	168
O plano inclinado do materialismo biológico .....	171
A desconstrução do homem .....	178
<b>5. E se a resposta última residisse no ato de fé?</b> .....	181
Contemplar Deus para contemplar os seres vivos ...	190
Os limites da natureza na economia original da salvação .....	194
O pecado original: o homem abandonado à vulnerabilidade e à mortalidade .....	202
Receber humildemente o dom da existência, em defesa da realidade .....	207
O equilíbrio entre a natureza e a graça .....	214
Deus não é o rival do homem .....	221
<b>Conclusão</b> .....	227
<i>Bibliografia sumária</i> .....	233
<i>Índice</i> .....	237